



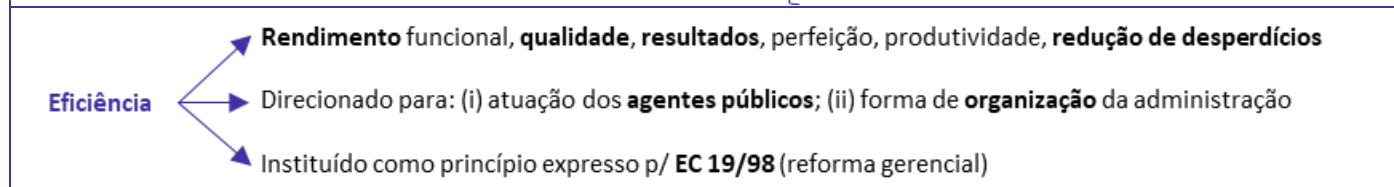
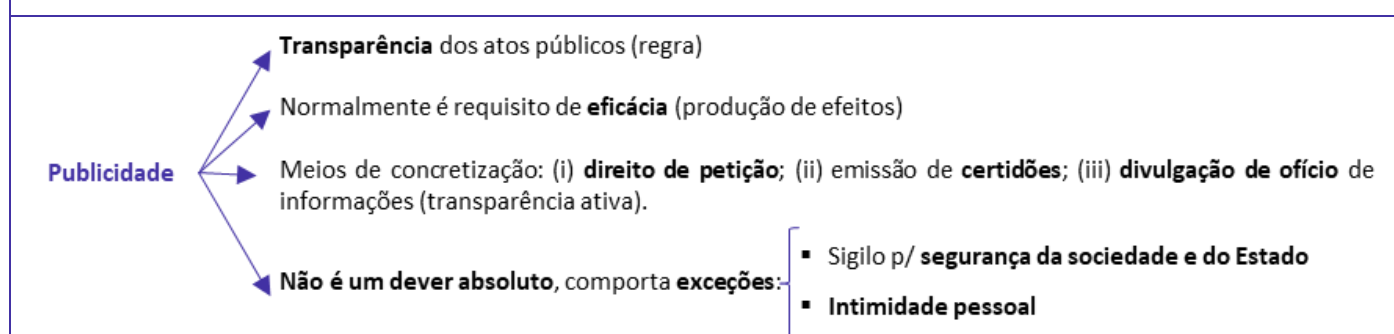
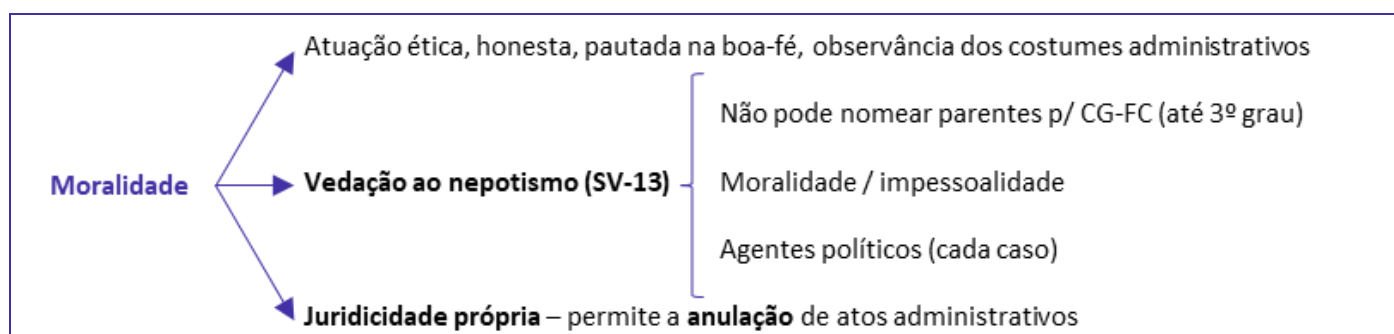
**By @kakashi\_copiador**

# PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS



Esse é um material resumido. Em momento algum ele substitui o estudo do material completo. Trata-se de um complemento aos estudos e um facilitador de revisões!

<b>Regime jurídico administrativo</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>princ. supremacia do interesse público sobre o privado → Prerrogativas / poderes</li><li>princ. indisponibilidade do interesse público → Sujeições / restrições</li></ul>
<b>Princípios constitucionais expressos</b>	<ul style="list-style-type: none"><li><b>LIMPE</b> – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência</li><li>Administração <b>direta</b> (órgãos ligados à pessoa política) <b>indireta</b> (A, FP, EP e SEM)</li><li>Todos os <b>Poderes</b> (Executivo, Legislativo, Judiciário)</li><li>Todos os <b>entes</b> da Federação (U, E, DF e M)</li></ul>
<b>Legalidade</b>	<ul style="list-style-type: none"><li><b>Administração está subordinada à lei</b> (só pode fazer o que a lei determina)</li><li><b>Princ. da legalidade</b> – sentido amplo (CF, leis, decretos, outros atos normativos)</li><li><b>Reserva legal</b> – trata das matérias que a CF exige que sejam disciplinadas por lei (LO ou LC)</li><li><b>Restrições ao princ. legalidade</b> – medida provisória, estado de defesa, estado de sítio</li></ul>
<b>Impessoalidade</b>	<ul style="list-style-type: none"><li><b>Princ. finalidade</b> – os atos administrativos devem ter por fim o interesse público</li><li><b>Princ. da isonomia/igualdade</b> – em regra, o tratamento deve ser igual; só pode dar tratamento diferenciado quando houver fundamento para isso</li><li><b>Vedação à promoção pessoal</b> – a publicidade oficial deve ser informativa/educativa; não pode promover agentes e autoridades</li><li><b>Atos dos agentes de fato</b> – são imputados ao ente, por isso são considerados válidos</li><li><b>Impedimento e suspeição</b> – autoridades e agentes que não tenham a devida imparcialidade não podem atuar nos processos administrativos</li></ul>



#### Princípios implícitos

<b>Razoabilidade e proporcionalidade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Evitar exageros ou limitações desnecessárias</li> <li>▪ Limitação da discricionariedade administrativa</li> <li>▪ Permite o controle judicial dos atos administrativos</li> <li>▪ Aplica-se a todas as funções do Estado (administrativa, legislativa e judicial)</li> </ul>
<b>Controle ou tutela</b>	Controle da administração direta sobre a indireta (sem hierarquia, controle por vinculação)
<b>Autotutela</b>	A própria administração pode: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>revogar</b> atos inconvenientes/inoportunos;</li> <li>▪ <b>anular</b> atos ilegais</li> </ul>
<b>Motivação</b>	Indicar os fundamentos de <b>fato</b> e de <b>direito</b> (regra) para praticar o ato
<b>Continuidade dos serviços públicos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Os serviços públicos <b>não devem ser interrompidos</b>, salvo situações excepcionais;</li> <li>▪ Serviços públicos e atividades administrativas</li> <li>▪ Consequências: (i) limitação ao direito de greve; (ii) suplência, delegação, substituição; (iii) limitação da exceção do contrato não cumprido; (iv) utilizar equipamentos e instalações ou encampar a concessão de serviço público.</li> <li>▪ Serviço pode ser interrompido: (i) emergência, manutenção; (ii) falta de pagamento de fatura.</li> </ul>
<b>Contraditório e ampla defesa</b>	<p><b>Contraditório:</b> tomar conhecimento das alegações da parte, possibilidade de contrapor as alegações, capacidade de influenciar na decisão</p> <p><b>Ampla defesa:</b> direito de alegar e provar o que alega, utilização de todos os meios e recursos juridicamente válidos, vedação ao cerceamento do direito de defesa.</p>

<b>Especialidade</b>	As entidades administrativas devem cumprir suas finalidades legais; descentralização administrativa; decorre dos princípios da legalidade e da indisponibilidade.
<b>Segurança jurídica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aspecto <b>objetivo</b>: assegurar a <b>estabilidade das relações jurídicas já consolidadas</b></li> <li>▪ Aspecto <b>subjetivo</b> (proteção da confiança/confiança legítima): <b>boa-fé e confiança que os administrados depositam quando se relacionam com a administração</b></li> <li>▪ Aplicações: (i) proteção ao direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada; (ii) prescrição e da <b>decadência</b> (prazo decadencial de 5 anos da L9784); (iii) súmulas vinculantes; (iv) <b>vedação da aplicação retroativa</b> de nova interpretação; (v) validade dos <b>atos dos agentes de fato</b> perante terceiros de boa-fé.</li> </ul>
<b>Outros</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Princípio da hierarquia</b>: coordenação e subordinação; súmula vinculante</li> <li>▪ <b>Princípio da precaução</b>: evitar danos graves por meio de medidas preventivas</li> <li>▪ <b>Princípio da sindicabilidade</b>: controle das atividades administrativas (abrange a autotutela)</li> <li>▪ <b>Princípio da presunção de legitimidade ou de veracidade</b>: atos presumem-se lícitos e os fatos alegados verdadeiros</li> </ul>

**HERBERT ALMEIDA.**

<http://www.estrategiaconcursos.com.br/cursosPorProfessor/herbert-almeida-3314/>



@profherbertalmeida



/profherbertalmeida



/profherbertalmeida



/profherbertalmeida e /controleexterno

Se preferir, basta escanear as figuras abaixo:

Instagram (pelo aplicativo do IG)



Youtube



Telegram

